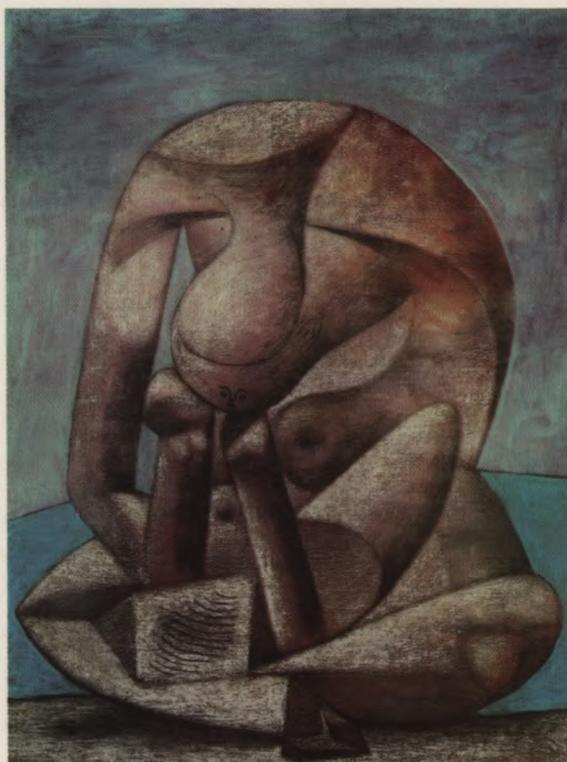


REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
**DAS IDEIAS**



O LIVRO E A LEITURA

VOLUME 20, 1999

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## ASPECTOS DA CULTURA BURGUESA OITOCENTISTA

### *Introdução*

A incultura e até a grosseria da burguesia no Portugal liberal são salientadas em diversas obras literárias de oitocentos. Textos particularmente acutilantes de Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, José Augusto Vieira ou Júlio Lourenço Pinto sublinham, de forma muitas vezes humorística, a incompreensão dos eventos em que participavam os novos elementos da sociedade distinta da época. Ressaltam o facto de a riqueza não anular a incultura, elemento fundamental para a obtenção de uma total homogeneização dos velhos notáveis com os recentemente promovidos, pela força de uma mobilidade social que o "ternário sagrado" permitira. "Burgueses opulentados" ou "brazileiros ennobrecidos"^(1) tinham criado a confusão na sociedade, perturbando a ordem até então estabelecida e que consignava à velha aristocracia o monopólio do requinte e da distinção que a ostentação exclusiva de dinheiro não permitia alcançar.

Na realidade, a preparação cultural da burguesia portuense era, na segunda metade do século passado, muito diversificada, mas pensamos que este grupo social não merece a generalizada imagem de insensibilidade, falta de brilho intelectual ou ausência de virtudes \*

\* Faculdades de Letras da Universidade do Porto.

(1) Cf. Julio Lourenço Pinto, *O Bastardo, Cenas da Vida Contemporânea*, Porto, Typographia do Commercio do Porto, 1889, p. 48.

morais que a literatura oitocentista veiculou. Apesar do trabalho constituir um dos pilares da nova sociedade este não arredou dos burgueses a preocupação com a instrução, as artes e as ciências. É puro reducionismo a imagem frequentemente transmitida por românticos e realistas de um burguês rude, grosseiro, petimetre, acanhado, vulgar,...

O nível de cultura constitui, aliás, um factor de individualização da burguesia e dos diferentes níveis que a compõem. Como é sabido, os liberais deram particular atenção ao ensino primário<sup>(2)</sup>, preocupados que estavam com a dissipação das trevas da ignorância. Consideravam a educação importante para o aperfeiçoamento moral dos homens e para o desenvolvimento económico. Com efeito, a partir de 1834, ano em que foi retomada uma maior preocupação pela instrução, foi grande o número de escolas que iniciaram a sua actividade, após um período de intervenção do absolutismo que promoveu o seu encerramento e a perseguição de professores. Em 1831-32 existiam 796 estabelecimentos públicos de ensino primário,

(2) A institucionalização da "instrução pública" começou com as reformas pombalinas mas a preocupação de garantir a instrução primária a todos os cidadãos, nomeadamente aumentando a rede escolar e melhorando as condições dos professores, são fruto da Revolução Liberal. Cf., por exemplo, A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, voi. III, Lisboa, Palas Editores, 3 vols., 1981, p. 126. Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume du Portugal et de L'Algarve*, Paris, 1822. Rómulo Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. Fernando Marques Costa, "Sociedade e Grupos Sociais no Período Constitucional", in José Plermano Saraiva, *História de Portugal*, 6ª voi., Lisboa, Alfa, 1985, p. 176. Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844/59)*, Coimbra, INIC, 1985. Rui Grácio, "Ensino Primário e Analfabetismo", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, 2º voi., Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 49. Newton Macedo, "Cultura e Assistência", in Damião Peres (Dir.), *História de Portugal*, voi. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, pp. 660-665. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, I.N.I.C., 2 vols., 1987, quadro n.º 18 e gráfico n.º 16. Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 239. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, IX voi., Lisboa, Verbo, 1986, pp. 333-337. Luís Reis Torgal, "A instrução pública", in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, V voi., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 609 e 620.

em 1844 eram já 1.116<sup>(3)</sup>, em 1881 ultrapassavam os 3.000<sup>(4)</sup>. Na regeneração, apesar de terem permanecido enormes carências, quantitativas e qualitativas, no âmbito da educação elementar, foram abertas muitas escolas por iniciativa: do poder central<sup>(5)</sup>; de particulares, que doavam os recursos necessários à sua instalação<sup>(6)</sup>; das

<sup>(3)</sup>Estas 1.116 escolas existentes no continente foram frequentadas por 45.500 alunos dos quais apenas 1.641, isto é 3.6%, eram meninas. Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 27. Eça de Queirós, que afirmava existirem em 1872 cerca de 2.300 estabelecimento públicos de ensino primário, considerava que este número deveria ser de 14.000 para que se levasse a cabo a escolarização elementar das 700.000 crianças que o mesmo autor considera estarem em idade de frequentarem este tipo de instrução. Na realidade, mesmo que existissem os edifícios necessários ao funcionamento deste número de estabelecimentos de ensino, não existiam no nosso país mestres de primeiras letras suficientes para neles trabalharem. Com efeito, e como é reconhecido no mesmo texto, era enorme a carência de docentes aptos para o ensino. Em 1872 a inspecção do ensino primário apenas considerou zelosos 172 dos 1687 professores então em exercício, dos quais apenas 263 possuíam as habilitações literárias exigidas ao desempenho das suas funções. Cf. Eça de Queirós, *ob. cit.*, pp. 97 e 102.

<sup>(4)</sup>Cf. Nóvoa, *ob. cit.*, p. 345 e Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 27.

<sup>(5)</sup>A instalação de cadeiras de ensino primário pelo governo, por vezes, era precedida pela consulta aos governadores civis. Parecem-nos interessantes as condições, indicadas, em 1855, pelo Conselho Superior de Instrução Pública, a considerar na escolha das zonas onde deveriam funcionar as escolas. A preferência deveria recair sobre localidades que a mereciam "[...] por suas circunstancias especiaes de situação, população, distancias e tendências naturaes para a instrução[...]". Cf. Arquivo do Governo Civil do Porto, *maço n.º 1201*.

<sup>(6)</sup>É conhecida a grande intervenção de mecenas na criação de escolas primárias públicas, iniciativa em que se destacaram os portugueses regressados ao país após uma permanência frutuosa no Brasil. A doação de maior impacto nacional parece ter sido a do Conde de Ferreira que patrocinou a construção e equipamento de 120 escolas. Por vezes os legados não cobriam a despesa total da instalação dos edifícios onde eram ministradas as aulas de instrução primária e era pedido o contributo adicional do Estado. Ver, por exemplo, Arquivo do Governo Civil do Porto, *maço n.º 1201*, documento n.º 517, enviado pela Direcção Geral de Instrucção Publica, em 30 de Junho de 1879.

câmaras municipais<sup>(7)</sup>; juntas de paróquia<sup>(8)</sup> ou mesmo a pedido dos habitantes de certas aldeias ou freguesias urbanas<sup>(9)</sup>. Não deve ser esquecido o largo contributo para o progresso cultural dos portugueses que adveio da existência de um número considerável e crescente<sup>(10)</sup> de colégios privados que, adicionados ao ensino doméstico<sup>(11)</sup>, completavam a rede escolar nacional<sup>(12)</sup> desempenhando um papel muito importante, sobretudo na formação das raparigas<sup>(13)</sup>.

17) Em 1872 Eça de Queirós considerava que o esforço das Câmaras Municipais no âmbito da instrução elementar ficava muito aquém do possível e do desejável, limitando-se, entre 1844 e 1872, à construção de uma escola em Setúbal e à participação "com um subsidiozinho de tostões" na construção de outras 41. Cf. Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão, 1965, p. 96. Também o relatório do Conselho Superior de Instrução Pública de 1852/53, criticava a actuação das câmaras, em relação à instrução primária, afirmando: "[...] negam até as câmaras a mobília e reparos das escolas, a que foram obrigadas pelo artigo 2º do Decreto de 20 de Janeiro de 1850". Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *oh. cit.*, p. 153.

<sup>(8)</sup> Exemplificando, referiremos que várias cadeiras de instrução primária, masculina e feminina, foram criadas, no Porto, por intervenção das juntas de paróquia que habitualmente fornecia a casa, mobília e utensílios necessários. Cf. Arquivo do Governo Civil do Porto, *maço n.º 1201*.

<sup>(9)</sup> Ver Arquivo do Governo Civil do Porto, *maço n.º 1201*, documentos enviados ao Governo Civil do Porto pelas administrações dos bairros da cidade em 5 e 7 de Julho de 1855.

<sup>(10)</sup> Em 1843/44 existiam no continente 1084 escolas privadas e 1082 em 1852/53 (574 masculinas e 508 femininas). Em 1899/1900 este sector de ensino englobava 979 estabelecimentos de raparigas e 600 de rapazes. Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *oh. cit.* e António Nóvoa, *ob. cit.* p. 346.

<sup>(11)</sup> O ensino domiciliário englobava a leccionação de diversos saberes. Tomemos como exemplo um anúncio publicado em 1886. "PROFESSORA Uma senhora competentemente habilitada, e com longa practica de ensino, offerece-se para leccionar instrução primaria, portuguez, francez, desenho e trabalhos de agulha, em casas particulares [...]". Cf. *Almanach das Senhoras Portuenses para 1887*, Porto, Imprensa Moderna, 1886, p. 222.

<sup>(12)</sup> É importante referir que a partir de 1878 se incentivou o ensino de adultos que era ministrado à noite e aos domingos. Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 618.

<sup>(13)</sup> Ao contrário do que aconteceu com as escolas de ensino oficial não foi grande a diferença entre o número de estabelecimentos particulares dedicados à instrução de rapazes e de raparigas. O número destas instituições dedicadas às meninas foi maioritário no último quartel do século passado.

Não podemos, no entanto, confundir o inegável empenhamento<sup>14</sup>) do liberalismo no progresso da instrução pública no nosso

Cf. António Nóvoa, *ob. cit.*, p. 346. Dos almanaques portuenses constavam os colégios existentes na cidade. Assim, em 1857 eram indicadas 16 instituições e ainda 9 professores particulares de variadas matérias e uma escola de instrução primária. Cf. *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1858*, Porto, Typographia de F. P. D'Azevedo, 1857, pp. 128-134. Em 1866 a mesma publicação referia a existência de 14 colégios, 4 com indicação de serem para meninas, o "Liceu Particular" e o "Liceu da SS. Trindade". Cf. *Almanak da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaya para o anno de 1866*, Porto, Typographia de F. P. D'Azevedo, 1865, pp. 178-183. Em 1881 aparecem publicitados 42 colégios, 2 liceus particulares, 8 institutos e escolas, e um pequeno número de cursos particulares, sobretudo de línguas. Cf. *Almanak do Porto e seu Districto para 1881*, Porto, A. G. Vieira Paiva, 1880, pp. 94-102. Alguns aspectos do funcionamento de uma destas instituições de ensino privado, o "Collegio de Nossa Senhora da Guia", são referidas por Francisco Ferreira Barbosa, em 1864. O autor além de indicar as disciplinas curriculares enuncia os preços a pagar pelos alunos e a mobília e enxoval que devia acompanhar os internos, sendo patente, nesta descrição, que quando a escola ou o liceu estavam longe de casa apenas os filhos de famílias com algum desafogo económico podiam estudar! Cf. Francisco Ferreira Barbosa, *Elucidario do Viajante no Porto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1864, pp. 84-88.

<sup>14</sup>) O desejo de alargar a escolaridade primária a todas as crianças está bem patente na atribuição aos "orphãos, filhos de viuvas pobres ou de paes indigentes, impossibilitados de trabalhar [...]" de "vestuário, livros e outros meios indispensáveis" à frequência dos estabelecimentos de ensino. Cf. parágrafo único do artigo 7º, do decreto de 3 de Maio de 1878, publicado no *Diário do Governo*, n.º 106, de 11 de Maio do mesmo ano. Também os colégios privados, mesmo os mais elitistas, procuravam assegurar a escolaridade elementar a crianças pobres que tinham o cuidado de manter afastadas do convívio com as mais favorecidas. Esta prática de separação dos alunos manteve-se em grande parte do século XX, como comprovámos pela nossa própria experiência num colégio de freirás franciscanas no Porto, onde, nos anos cinquenta, as alunas internas, mais carenciadas, tinham recreios diferentes das externas e eram colocadas nas carteiras do fundo das salas de aulas, envergando uniformes escuros contrastantes com os nossos, de luminosa brancura. Ver Irene Maria Vaquinhas, *Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no século XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874/1880)*, separata da *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 5-6, 1996/1997.

país<sup>(15)</sup> com os resultados obtidos. Os índices de analfabetismo nacional, no alvor do século XX, ainda ultrapassavam os 70%<sup>(16)</sup>. Nas cidades de Lisboa e Porto esta percentagem era bastante inferior<sup>(17)</sup>. O aumento da rede escolar<sup>(18)</sup> nem sempre foi acompanhado pela colocação de professores nos estabelecimentos criados, faltando um número muito elevado de mestres com preparação adequada para o preenchimento das vagas existentes. A ignorância, por vezes misturada com a precariedade económica<sup>(19)</sup>, de muitos pais que teimavam em afastar os seus filhos dos bancos das escolas para os lançarem prematuramente no mundo do trabalho, teve também um papel relevante no retardamento da universalização do ensino primário no nosso país. Talvez as dificuldades na difusão do ensino \* 20

(<sup>5</sup>) Este esforço não se reduziu à mera implementação da criação de novas escolas mas também no fomento de uma melhor preparação dos professores e no enriquecimento dos planos de estudos dos alunos. Estes sofreram uma significativa melhoria com a reorganização do ensino primário introduzida pelo decreto de 2 de Maio de 1878, publicado no dia 16 do mesmo mês no *Diário do Governo* n.º 110.

(<sup>16</sup>) Ver, por exemplo, Rómulo Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 635.

(<sup>17</sup>) Em 1878 o analfabetismo total era de 82.4%, em 1890 de 79.2% e em 1900 de 78.6%. Os cálculos que efectuamos para 1890 indicam a existência em Lisboa de 47.56% de não escolarizados e no Porto de 54.05%. Cf. Maria Antonieta Cruz, "Repercussões Eleitorais da Revolta de 31 de Janeiro de 1891 na cidade do Porto", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, Vili voi., Porto, F.L.U.P., 1991, pp. 194 e 196.

(<sup>18</sup>) O aumento da rede escolar permitiu uma assinalável redução das relações escola/habitantes e escola/superfície. Assim em 1852-53 havia uma escola por 1.685 habitantes relação que desce em 1875/76 para 1/982 e em 1899/1900 para 1/890. Quanto à superfície abrangida por cada uma destas instituições ela foi, em cada um dos referidos anos, respectivamente de 40, 20 e 15 Km<sup>2</sup>. Cf. António Nóvoa, *ob. cit.*, p. 350. Ver ainda Eça de Queirós, *ob. cit.*, p. 97. Para analisar com mais detalhe a evolução do ensino cf. *Almanaque de Instrução Pública em Portugal e Anuário Estatístico do Reino de Portugal*, este com publicação iniciada em 1877 mas contendo informações a partir de 1872/73.

(<sup>19</sup>) Eça de Queirós afirma, em 1872, que nos campos "a família não nega o filho à escola, requer o filho para o trabalho". Paradoxalmente aconselha a criação de cursos nocturnos para não tirar esses braços jovens ao trabalho rural. "À noite, o campo restituiria a criança à escola". Eça de Queirós, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello & Irmão, 1965, pp. 98 e 99.

elementar possam justificar que o Conselho Superior de Instrução Pública, no seu relatório de 1844, tenha advogado o estabelecimento de "um grau inferior ao I<sup>o</sup>, que seria suficiente para algumas aldeias de pequena consideração..."<sup>(20)</sup> e, naturalmente, intensificaria as assimetrias culturais do país. Não espanta, neste contexto, que as crianças pertencentes aos agregados familiares mais abastados fossem as frequentadoras predominantes das instituições públicas de ensino primário existentes no Portugal de meados de oitocentos<sup>(21)</sup>.

## 2. A escolaridade dos portuenses em meados do século XIX. Alguns dados

### a) Alfabetizados

Recorrendo aos *Livros de Recenseamento Eleitoral*, verificámos que dos portuenses inscritos em 1847 como eleitores, apenas 15.4% eram analfabetos. Neste grupo privilegiado, constituído pelos detentores de alguma estabilidade material que o censo espelhava, os menos escolarizados concentravam-se nas freguesias limítrofes de Paranhos e Campanhã, aquelas onde ainda era relevante o peso da agricultura, e ainda no Bonfim e Miragaia, a primeira dominada pela pequena oficina, a segunda pelas actividades piscatórias. "Agricultores", "Trabalhadores Manuais e Operários Urbanos" e "Soldados e Marinheiros", eram as categorias sócio-profissionais com maior percentagem de não escolarizados, respectivamente 54.3%, 54.5% e 88.2%. No grupo dos "Patrões" apenas 22.6% foram registados com habilitação nula. Esta percentagem elevada deve-se, sobretudo, aos "Donos de Oficinas" e "Retalhistas", visto que o índice atribuído aos "Negociantes" foi apenas de 2%<sup>(22)</sup>. Só os eleitores classificados em "Serviço Público", "Profissões Liberais" e "Empregados ao Serviço de Empresas Privadas" tinham um índice de não escolarizados inferior a 1%.

<sup>(20)</sup> Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*, Lisboa, I.N.I.C., 1985, p. 30.

<sup>(21)</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 619 e António Nóvoa, *ob. cit.*, pp. 356-363.

<sup>(22)</sup> Os "Donos de Oficinas" atingiam os 32.4% de analfabetismo, os "Retalhistas" 36.1% e os "Patrões Pescadores" 74.1% mas com muito poucos eleitores.

A legislação eleitoral de 1878 garantiu o direito de voto a muitos homens que não tinham rendimento mínimo colectável. Comprovámos, porém, que em 1880, dos eleitores não censitários, apenas uma minoria obtinha o direito de voto por saber ler e escrever. Com efeito, 37.6% dos "Agricultores" não fizeram prova de censo mas apenas a 2.6% a alfabetização permitiu a participação política. Dos "Trabalhadores Manuais e Operários Urbanos" 40% não tinham rendimento colectável suficiente para lhes garantir o acesso ao voto, mas apenas 3.6% o obtiveram por comprovação das habilitações mínimas exigidas pela legislação em vigor. Os eleitores portuenses classificados no grupo "Estatuto Intermédio entre Assalariado e Patronato" recenseados por saberem ler e escrever representavam 1.5%. Nos restantes grupos sócio-profissionais, o número de inscritos sem condições económicas de acesso à participação nos actos eleitorais foi muito diminuto<sup>(23)</sup>. Estes dados, embora não englobando toda a população masculina<sup>(24)</sup>, parecem apontar, tal como as informações sobre as habilitações académicas de cada um dos portuenses recenseados em 1847, para a permanência da fraca escolaridade dos trabalhadores manuais e dos agricultores de poucos recursos. Devemos salientar, que as informações que possuímos para 1880 são, neste âmbito, muito menos abrangentes que as de 1847 mas pensamos que permitem entrever tendências que cumpre não desprezar.

Através das escrituras pré-nupciais que tivemos ocasião de estudar<sup>(25)</sup>, verificámos que, o reduzido número de portuenses que

(23) Eram eleitores não censitários apenas 10.9% dos "Empregados ao serviço de Empresas Privadas", 3% dos "Patrões", 8.5% do "Serviço Público" e 6.7% das "Profissões Liberais".

(24) Em 1864 apenas 36,2% dos portuenses do sexo masculino com mais de 21 anos tiveram direito de voto. Em 1878 esta percentagem ascendeu a 50% e em 1890 a 49,6%. Cf. Maria Antonieta Cruz, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng<sup>o</sup> António de Almeida, 1999, quadro n.º 1.

(25) Do conjunto de escrituras pré-nupciais e testamentos lavrados nos seis cartórios notariais existentes na cidade do Porto, no período sobre o qual recaiu a nossa investigação, estudámos todos os documentos constantes dos livros de notas dos anos de 1860 e 1880 e que envolviam portuenses. Os notários são designados no Arquivo Distrital do Porto por PO1, P02, P04, P08, P09 e POIO. Para além dos anos assinalados estudámos ainda todos os actos do tipo indicado, registados no P08 de 1840 a 1890.

recorria ao notário, maioritariamente negociantes, tinha índices de analfabetismo muito reduzidos<sup>(26)</sup>, embora seja de salvaguardar o facto de termos considerado apenas a capacidade para assinar o próprio nome como o elemento de seriação dos signatários destes documentos. Na realidade, a percentagem daqueles que não sabiam ler e escrever deve ter sido superior à que apurámos, uma vez que quem sabe escrever o seu nome pode fazê-lo porque aprendeu mecanicamente a juntar as letras sem que essa capacidade tenha nada a ver com o domínio da escrita e, muito menos, com a capacidade para compreender um texto<sup>(27)</sup>. Nos actos notariais estudados era maior o analfabetismo feminino, tal como nos censos de população. Isto é, mesmo na burguesia, grupo dominante no conjunto estudado, as mulheres parecem ter estado mais afastadas da instrução emancipadora.

#### B) Instrução secundária

Quanto à implantação dos liceus no nosso país ela foi bastante lenta. Criados em 1836 foram sujeitos a reformas sucessivas<sup>(28)</sup> e patenteadoras dos obstáculos existentes, não raro resultantes das próprias contradições do nosso liberalismo. Tal como no ensino primário, também no secundário foram grandes as dificuldades de

(26) Nas escrituras pré-nupciais em que pelo menos um dos outorgantes residia no Porto, assinaram os documentos 97.3% dos noivos e 76.7% das noivas. Em Santander, no início do século XIX, das 31 mulheres da burguesia mercantil outorgantes de actos notariais sabiam assinar 93.6%. Cf. Ramón Maruri Villanueva, *La Burguesia Mercantil Santanderina -1700/1850*, Santander, Universidad de Cantabria, 1990, p. 215.

(27) Pensamos ser importante salientar que o número de outorgantes que não assinaram o documento em que registaram a sua última vontade pode ser superior ao daqueles que, efectivamente, o não sabiam fazer, uma vez que, com frequência, se refere a sua situação de doença. A debilidade física, não raro, determinava que o testamento fosse autenticado por uma testemunha, circunstância que, de certo, justificará os índices elevados que detectámos na cidade do Porto, em 1880, ano em que não assinaram os documentos 68.4% dos testadores. Neste conjunto não escreveram o próprio nome 80% das mulheres e cerca de 50% dos homens.

(28) Os aspectos essenciais destas reformas podem ser acompanhadas em Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino - Os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.

implementação real das medidas legislativas homologadas para este sector. Os ideais de Passos Manuel de reforma completa da instrução pública, pautados pelo desejo de permitir uma ampla generalização da cultura aos portugueses de oitocentos, e de que o decreto de 17 de Novembro de 1836 constitui apenas uma pequena parte, não encontraram tradução real no Portugal do século passado. Coube a Costa Cabral, em 1844, a primeira reorganização dos estudos liceais através do decreto de 20 de Setembro. No artigo 46º, capítulo I, título II, deste diploma legal, determina-se a criação de um "Lycêo em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos, e Dioceses do Reino"<sup>(29)</sup>, mas em 1844 apenas se encontravam "constituídos definitivamente" cinco destes estabelecimentos: em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora, este com uma frequência muito reduzida<sup>(30)</sup>. Nas restantes capitais de distrito, foram sendo organizados a pouco e pouco, alguns deles sem o provimento de todas as cadeiras consignadas na legislação vigente<sup>(31)</sup>.

Um dos problemas que mais dificultaram o normal funcionamento dos liceus foi, sem dúvida, a escassez de professores possuidores da formação escolar que as leis em vigor determinavam como sendo a necessária ao desempenho da docência neste grau de ensino. Em 1836, a legislação ainda não exigia qualquer habilitação específica aos mestres do ensino secundário, devendo os candidatos a estas funções submeterem-se a provas públicas, orais e escritas. Ficavam, no mesmo decreto de 17 de Novembro de 1836, estabelecidas as condições a preencher num futuro muito próximo, cinco anos, para o exercício desta actividade. Assim os professores de Aritmética e Álgebra teriam de possuir a licenciatura em Matemática, os de Física e Química e de História Natural a de Filosofia. Sobre os docentes das disciplinas humanísticas nada foi prescrito visto que o Curso Superior de Letras não fora, ainda, criado<sup>(32)</sup>. A reforma de 1844<sup>(33)</sup>,

<sup>(29)</sup> Cf. Antonio Delgado da Silva, *Collecção Officiais da Legislação Portuguesa - anno 1844/45*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 311.

<sup>(30)</sup> Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública -1844-1859*, Lisboa, I.N.I.C., 1985, pp. 31-32.

<sup>(31)</sup> Ver Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 32.

<sup>(32)</sup> O Curso Superior de Letras foi criado por decreto de 30 de Outubro de 1858 e resultou de uma enorme vontade e influência do rei D. Pedro V.

<sup>(33)</sup> Cf. Antonio Delgado da Silva, *Collecção Officiais de Legislação Portuguesa - anno 1844/45*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, pp. 311-317.

que representou um retrocesso curricular, foi também menos exigente que a anterior no recrutamento dos agentes de ensino, limitando-se a dar preferência aos detentores de diplomas de estudos superiores adequados às áreas do saber a que se candidatavam<sup>(34)</sup>. Apesar disso deparava-se, ainda, com uma situação real que não correspondia às necessidades mínimas de qualidade. A maioria dos professores do liceu continuou, pelo menos até ao início do último quartel de oitocentos, a ser recrutada num regime muito semelhante ao criado pelo Marquês do Pombal em 1759, isto é, sem exigência de nenhuma preparação especial. Em 1895, apesar de se manterem os concursos públicos, era obrigatória a posse de habilitações mínimas, de nível secundário. Esta prescrição representou um progresso do ensino liceal no nosso país e a constatação de que em Portugal na alvorada de novecentos ainda não existia um número suficiente de mestres liceais com habilitações superiores<sup>(35)</sup>.

Na segunda metade do século passado, permanecia na opinião pública a ideia de que a instrução secundária apenas era útil aos futuros estudantes universitários<sup>(36)</sup>. Isto apesar de, neste período, se ter procurado harmonizar a formação humanística com a necessária aprendizagem técnica e científica, preparando os alunos para a progressão nos estudos mas, também, para o desempenho de funções especializadas de que o país tanto carecia. Certamente aquela convicção contribuiu, de forma acentuada, para a reduzida frequência de alguns liceus do país.

Se o ensino primário era gratuito, o secundário não o era, o que determinou, apesar de ter sido permitida a assistência às aulas a quem não estava matriculado, uma assinalável selecção dos discentes que o frequentaram<sup>(37)</sup>. Entre 1864 e 1930, a percentagem de estudantes

<sup>(34)</sup> O parágrafo único, do artigo 60º, do decreto de 20 de Setembro de 1844, determinava: "Em igualdade de merecimento moral e litterario, serão preferidos entre os Oppositores - 1º os Bacharéis, Licenciados, ou Doutores em qualquer das Faculdades da Universidade de Coimbra - 2º os habilitados com algum dos cursos das Escolas Polytechnicas de Lisboa, e Porto." Cf. Antonio Delgado da Silva, *ob. cit.*, pp. 313-314.

<sup>(35)</sup> Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 116-124.

<sup>(36)</sup> Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>(37)</sup> No ano de 1869-1870 tinham concluído a instrução primária 7.394 rapazes e 1.160 raparigas. Em 1870 apresentaram-se a exame de admissão aos liceus 2.097 meninos e 113 meninas tendo sido aprovados, respectivamente

das escolas primárias que continuaram os seus estudos nunca atingiu os 5%. Na segunda metade do século passado, houve uma maior continuidade entre o liceu e a universidade que entre a instrução básica e aquele. Com efeito, em 1878, a relação entre os alunos do ensino secundário e os do superior era de 100/52.5 e em 1890 de 100/70.1<sup>(38)</sup>. No Porto, em 1843/44, eram apenas 150 os inscritos no liceu<sup>(39)</sup>. Desconhecemos se todos eles residiam na cidade uma vez que jovens de outras localidades, mais ou menos próximas, e onde ainda não funcionavam os estabelecimentos de ensino secundário, podem ter frequentado as instituições portuenses. A eventual necessidade de permanecerem longe das suas casas deve ter determinado, em alguns casos, a opção pelo internamento dos estudantes em colégios privados.

Em 1847, dos 4.801 eleitores constantes dos cadernos eleitorais das doze freguesias portuenses apenas 460, isto é 9.6%, indicaram a posse de habilitação secundária. Se a estes adicionarmos os recenseados com habilitações superiores, 225, os censitários detentores de escolaridade acima da primária atingiam os 14.3%. Do conjunto de alunos que terão frequentado o liceu, ainda que alguns tenham continuado para a Universidade, faziam parte funcionários superiores, empregados públicos, oficiais gerais e superiores, categorias superiores e médias das profissões liberais, quadros superiores das empresas privadas, clero, alguns proprietários e oficiais subalternos, bem como um reduzido número de negociantes, caixeiros e empregados de escritório. Apenas dois donos de oficina foram inscritos com habilitação secundária. Estas informações circunscrevem-se aos homens, uma vez que as mulheres estavam arredadas da participação na vida política. Na realidade, também o estavam da frequência dos liceus portugueses, continuando a estudar em colégios particulares ou recorrendo ao ensino doméstico. No Porto, apenas em 1888 foi criado o liceu feminino, mas não entrou em funcionamento<sup>(40)</sup>.

1.617 e 102. Cf. Gerardo A. Pery, *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colonias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, pp. 238-239.

<sup>(38)</sup> Cf. Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, p. 113.

<sup>(39)</sup> Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *Relatórios do Conselho Superior da Instrução Pública (1844/59)*, Coimbra, I.N.I.C., 1985, p. 19.

<sup>(40)</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 622.

O interesse das populações de várias regiões do país, manifestado através de múltiplas representações camarárias, canalizou-se com frequência para as cadeiras de latim que permitiriam um acréscimo de formação cultural àqueles que viviam longe dos centros de funcionamento dos liceus. Muitos destes pedidos foram recusados, embora se encontrasse em funcionamento um número considerável, ministrados por professores que, muitas vezes, não tinham preparação adequada. O Conselho Superior de Instrução Pública, no seu relatório de 1844/45 considerava que "É verdade que a multiplicação daquelas cadeiras evita aos pais de família, que as têm à porta, o sacrifício da separação dos filhos e da despesa, que com eles fazem em lugar distante; porém a instrução secundária é destinada para as classes médias da sociedade, que devem fazer sacrifício, para a terem perfeita". Este organismo considerava ainda que com a inclusão de um segundo grau na instrução primária se forneciam todos "os conhecimentos necessários, para as classes inferiores da sociedade..." e que "o estudo de um pouco de latim serve somente para arredar essas classes das profissões próprias das suas circunstâncias e obrigá-las a despesas e sacrifícios, com que não podem, para sustentar a vaidade que aqueles estudos lhes despertam". Decididamente a mobilidade social não era uma das grandes preocupações dos membros deste Conselho.

Os liberais, mormente na regeneração, implementaram ainda o ensino técnico agrícola e, sobretudo, o industrial e comercial, de início apenas nas cidades de Lisboa e Porto, procurando corresponder às necessidades de pessoal qualificado geradas pelo desenvolvimento das duas cidades portuguesas com economia mais evoluída. As primeiras escolas industriais, antecedidas das profissionais, iniciaram a sua actividade nos anos de 1850 e as comerciais em 1880. Coube à Associação Industrial Portuense um papel decisivo na criação do ensino técnico industrial na cidade. Foi em 1852 que a primeira escola portuguesa deste tipo abriu as suas portas, em resultado da iniciativa da referida instituição<sup>(41)</sup>. Apesar dos sucessivos esforços legislativos para dotar o país de técnicos e quadros médios, tão necessários às actividades produtivas e ao desenvolvimento económico, as sucessivas reformas careceram de eficácia. Em 1864 como em 1884, em 1886

<sup>(41)</sup>António Cristovão Santos, "Ensino Técnico Médio", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, T voi., Porto, Figueirinhas, 1971, p. 54.

como em 1891, em 1897 como em 1898, as dificuldades materiais e de recrutamento de pessoal docente habilitado determinaram o incumprimento parcial dos muitos diplomas legais que tentaram organizar o ensino técnico português o que conduziu a uma considerável redução da sua eficácia. Como afirmava, em 1918, o ministro Azevedo Neves, "tanto diploma e quase cousa nenhuma em ramo social de tamanha magnitude" (42).

Os dados disponíveis, ainda que parcelares, parecem indicar que o ensino secundário apenas era frequentado por jovens cujos pais possuíam alguma capacidade financeira. A estes devem acrescentar-se os rapazes que iam para os seminários(43). Cremos que, no Porto, na segunda metade de oitocentos, apenas alguns negociantes, quadros das empresas públicas e privadas, oficiais do exército e profissionais liberais atingiam o nível secundário de instrução.

c) *Ensino superior*

A formação dos quadros superiores, políticos e administrativos, esteve a cargo do ensino superior que assumiu, assim, um papel determinante na formação das elites.

No seu relatório de 1844/45 o Conselho Superior de Instrução Pública afirmava: "A instrução superior é destinada para as classes elevadas da sociedade, donde saem, pela maior parte, os funcionarios públicos; [...]"C14).

No nosso país, a Universidade de Coimbra permaneceu, ao longo de todo o século passado, como a instituição mais relevante do ensino superior português. Desde a sua vitória que os liberais se preocuparam com o ensino ministrado na velha instituição e com todo o clima de incompetência, falta de assiduidade e desordem que nela campeavam nas vésperas da revolução. Coube a D. Fr. Francisco de S. Luís, o futuro Cardeal Saraiva, assumir a reitoria no primeiro período liberal e procurar reformar e restabelecer a normalidade na

(42) *Idem*, p. 57.

(43) Para Joel Serrão "os seminários são o único caminho de promoção social e cultural que se entreabre às camadas humanas menos evoluídas". Cf. Joel Serrão, *Temas de Cultura II*, Lisboa, Portugalíia, 1965, p. 62.

(44) Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 35.

Universidade, tarefa a que se dedicou com denodo nem sempre aplaudido, como merecia, pelos seus contemporâneos<sup>(45)</sup>. Se este foi o primeiro reitor de origem plebeia<sup>(46)</sup> só em 1841 Coimbra terá a dirigi-la um leigo, o Conde de Terena<sup>(47)</sup>. A velha academia irá oscilar ao longo do século XIX entre "posições conservadoras, nomeadamente de tipo institucional, e atitudes bem demonstrativas de um certo dinamismo cultural e científico"<sup>(48)</sup>. Apesar de, na segunda metade de oitocentos, serem visíveis as influências dos vultos mais destacados do pensamento europeu nos estudos conimbricenses, as reformas foram sendo tímidas, pouco transformadoras, sobretudo porque delas foram incumbidos os próprios professores, nem sempre receptivos a inovações, apesar de alguns lentes terem atingido um prestígio elevado em consequência da sua alta craveira. Junto da academia conimbricense funcionaram alguns dos órgãos que, desde a criação do sistema de ensino público, em meados do século XVIII, até 1859 dirigiram e inspecionaram os ensinamentos primário e secundário: a "Junta da Directoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino", o "Conselho Geral Director do Ensino Primário e Secundário" e o "Conselho Superior de Instrução Pública". Esta situação de domínio do sector educativo, assim como a grande influência social que a sua Faculdade de Direito alcançou, contribuíram, certamente, para que esta instituição exercesse grande atracção entre as famílias que desejavam, e podiam, facultar aos seus filhos a frequência do ensino superior. Um curso tirado na Universidade, não raro, assegurava a presença em lugares de destaque e responsabilidade na vida económica e política.

Pareceu-nos importante conhecer, com o detalhe que as fontes permitem, os alunos portuenses<sup>(49)</sup> que frequentaram Coimbra na segunda metade do século passado.

(45) Cf. Luís A. de Oliveira Ramos, "A Universidade de Coimbra no primeiro período liberal-(1820-1823)", *Revista de História*, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, vol. VI, 1985, pp. 209-225.

H *Idem*, p. 212.

(47) Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 634.

(48) Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 645.

(49) Os livros de matrícula indicam a naturalidade dos alunos. Considerámos todos os que tinham nascido no Porto. De fora ficaram, naturalmente, aqueles jovens que residindo na cidade não eram portuenses. A fonte não permite a sua identificação.

O curso de Direito foi, sem dúvida, o mais procurado pelos jovens que, da capital do norte, rumaram à cidade universitária em busca de um diploma que lhes facilitaria o acesso a uma carreira profissional prestigiada<sup>50</sup>).

Dos 341 alunos naturais do Porto que frequentaram a Universidade entre 1840 e 1890 foi possível identificar a profissão dos pais de 68.3%, isto é de 233. A maioria eram filhos de negociantes, 42%. Apesar da grande variedade de situações identificadas, verificámos que apenas os filhos dos proprietários e dos membros das categorias superiores das profissões liberais representavam mais de 10% dos estudantes no período considerado, respectivamente 17.2% e 13.3%. Os restantes pertenciam a agregados familiares chefiados por funcionários superiores do Estado, (8.6%), empregados públicos, (6.4%), oficiais gerais e superiores, (5.1%). Eram em número muito reduzido os filhos de: donos de oficinas, (1.7%); quadros superiores e médios de empresas privadas (respectivamente (0.9%) e (1.3%)); retalhistas, (0.4%); industriais, (0.4%); categorias médias das profissões liberais, (0.9%); oficiais subalternos, (0.9%) e caixeiros, (0.9%)(<sup>51</sup>). Nos trezentos e quarenta e um casos estudados apenas treze eram filhos de nobres. Não foi possível a identificação profissional de seis destes titulares. Dos sete restantes, quatro eram proprietários, um desembargador, um negociante e um oficial superior.

As freguesias onde residiam as famílias que enviaram os seus filhos, por vezes mais que um, para a Universidade de Coimbra foram aquelas onde era maior o número de eleitores com estatuto

(<sup>50</sup>) Curiosamente o artigo 127º do decreto de 20 de Setembro de 1844 exigia aos alunos que se destinavam às Faculdades de Direito e Teologia a idade mínima de 16 anos e para as outras faculdades apenas 15. Cf. Antonio Delgado da Silva, *Collecção Official da Legislação Portiiguesa - anno 1844/45*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 323.

(<sup>51</sup>) É importante salientar que o tipo de documentação compulsada permite conhecer qual era a percentagem do total de estudantes portuenses que frequentaram o ensino superior correspondente aos agregados familiares de cada uma das categorias sócio-profissionais representadas. Porém, desconhecemos qual a parcela de negociantes, ou de funcionários superiores, por exemplo, que possibilitou este tipo de instrução aos seus filhos. Procurando obviar, parcialmente, a esta lacuna informativa tivemos em conta a representatividade de cada uma das profissões na cidade.

sócio-profissional superior, isto é, Cedofeita, Sé, Vitória e Santo Ildefonso.

Na cidade do Porto, na segunda metade do século passado, existiam duas instituições de ensino superior, a Academia Politécnica<sup>(52)</sup> e a Escola Médico-Cirúrgica<sup>(53)</sup>.

Ao analisarmos os estudantes, naturais da capital nortenha, que em 1878/79 e 1885/86 frequentaram o primeiro dos estabelecimentos indicados, a Academia Politécnica do Porto, verificámos que parece ter havido uma maior presença, nesta escola de ensino superior, de filhos de agregados familiares mais modestos que na Universidade da cidade banhada pelo Mondego. Interessante parece ser, ainda, a comparação entre os elementos recolhidos nas duas instituições no ano de 1885/86. Ressalta desse confronto a grande supremacia numérica dos filhos dos negociantes acolhidos em Coimbra em relação aos restantes, representando 53.8% dos 39 em que foi identificada a profissão paterna. No mesmo ano, na escola portuense, permaneceu a hegemonia do mesmo grupo mas com apenas 25% dos 36 alunos nas condições anteriormente referidas. São

<sup>(52)</sup> Ver Eduardo Lopes, *Genealogia duma Escola - origens e tradições da Academia Politécnica - actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1762-1911)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916.

<sup>(53)</sup> Ver Maximiano Lemos, *História do Ensino Médico no Pôrto*, Porto, Tip. a vapor da "Enciclopédia Portuguesa", 1925. O Conselho Superior de Instrução Pública afirmava, no seu relatório de 1844/45, que as escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e do Porto procuravam, com denodo, a equivalência entre os cursos que ministravam e os da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra que um decreto, de 25 de Junho de 1825, negava. O conselho, a quem claramente esta equiparação não agradava, nem mesmo o papel de relevo dos estudos de medicina em desfavor da manutenção da cirurgia como principal objectivo dos cursos ministrados nestas instituições, considerava que "[...] quando o público espera duas escolas de cirurgia, acha-se com três faculdades de medicina!". A velha academia procurava manter as suas prerrogativas tendo sido fértil na sua autodefesa. Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 39. Ver ainda Maria Eduarda Cruzeiro, "Capital simbólico e memória institucional - a propósito da Universidade no século XIX", *Análise Social*, Lisboa, voi. XXIV(101-102), 1988, pp. 593-607. Sobre a evolução do ensino superior na cidade do Porto ver: B. Xavier Coutinho, "Ensaio sobre as origens do Ensino Superior Universitário do Porto", *Revista de História*, Universidade Livre, Porto, voi. 1, 1984, pp. 169-191.

evidentes as clivagens entre as academias portuense e conimbricense. Assim, é manifesta a preferência dos patrões do grande comércio pela velha universidade. Nela os seus filhos cursarão maioritariamente Direito. Embora tenhamos detectado, quer nos recenseamentos eleitorais, quer nos inventários orfanológicos, alguns negociantes possuidores de bacharelato em leis, quase sempre dando continuidade a uma empresa de família, estes parecem ser casos excepcionais. Na realidade, as necessidades educativas deste grupo estavam cobertas pelo ensino secundário e também pela Academia Politécnica que incluía no seu currículo cadeiras adequadas à sua formação cada vez mais exigente<sup>(54)</sup>. Joel Serrão salienta, no entanto, que as instituições de ensino, criadas pelo liberalismo, corresponderam sobretudo ao desejo da burguesia de "libertar os jovens oriundos da classe mercantil das tarefas que elevaram economicamente os seus pais"<sup>(55)</sup>. O mesmo autor sublinha que, no nosso país, foram muito raros os casos de continuidade familiar das "actividades burguesas comerciais"<sup>(56)</sup>. É certo que esta burguesia não descurava o seu papel como elite urbana e, para tal, procurava possuir uma formação clássica símbolo de uma cultura absolutamente essencial a quem queria participar no poder. Porém, um número considerável de homens de negócio da cidade do Porto, na segunda metade do século XIX, optou por propiciar aos seus filhos um instrumental educativo que lhes permitiu o acesso a outras funções mais prestigiadas na sociedade portuguesa de então, nomeadamente no aparelho burocrático do Estado, no poder local, no parlamento ou mesmo no governo. A clara preferência dos negociantes pelo curso de direito, o único em que detectamos filhos

(54) O decreto de 13 de Janeiro de 1837 afirmava competir à Academia Politécnica do Porto formar: "1º engenheiros civis de todas as classes, tais como engenheiros de minas, constructores e de pontes e estradas; -2º officiaes de marinha; -3º pilotos; - 4º comerciantes; - 5º agricultores; - 6º directores de fábricas; - artistas". A escola portuense procurava formar o escol de técnicos de que carecia o desenvolvimento económico nacional. Cf. Eduardo Lopes, *Genealogia duma Escola - Origens e tradições da Academia Politécnica - actual Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1762-1911)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916, pp. 67-68.

(55) Cf. Joel Serrão, "Burguesia, na Época Contemporânea", in Joel Serrão, (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Tomo I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 406.

(56) *Idem, ibidem.*

de fidalgos, poderá ser uma das opções em que estará patente a fusão entre a nova elite portuense e a tradicional. Também os proprietários procuraram enviar os seus filhos para Coimbra, embora, nesta categoria sócio-profissional, a opção entre esta instituição e a Academia Politécnica do Porto não seja nítida, sobretudo considerando os anos 70 para os quais dispomos de informação comparativa. A designação "proprietários" foi, como é sabido, utilizada com excessiva frequência, não raro, em referência a situações pouco reais, o que torna mais melindroso o estudo deste grupo. Para os funcionários superiores do estado e para os oficiais gerais e superiores, a preferência pelo "ensino clássico" da velha academia conimbricense parece ser clara. Apenas um lavrador terá facultado ao seu filho a frequência do ensino superior e no Porto. Pensamos que esta situação pode estar falseada visto que, sobretudo nesta categoria sócio-profissional, a indicação da actividade exercida era muitas vezes substituída pela de proprietário. De realçar parece-nos ser, ainda, o facto de caixeiros, empregados de escritório e donos de oficinas terem optado pelos estabelecimentos de ensino portuenses e só excepcionalmente por Coimbra. O custo de manutenção de um estudante longe do lar deve ter influenciado bastante esta decisão a que não serão alheias também as próprias habilitações facultadas no Porto mais adequadas às características da burguesia da cidade.

A amostragem utilizada parece revelar que os pais mais ricos tendiam a enviar os seus filhos para a Universidade de Coimbra. Alheios ao maior tradicionalismo do ensino da velha academia, preferiram-na aos conhecimentos ministrados no politécnico, muito mais avançados e mais orientados para a necessária renovação material do país<sup>(57)</sup>. O objectivo primordial desta escolha residirá, decerto, no desejo de facilitar aos jovens de famílias abastadas o acesso aos lugares mais cobiçados e prestigiados da sociedade portuguesa, nomeadamente as hierarquias superiores da função pública, sobretudo a magistratura, para que se encontravam vocacionados, em especial, os estudantes de leis, curso que continuou a congregar a maioria dos alunos universitários, em que dominavam os filhos dos negociantes.

O estudo dos recenseamentos eleitorais forneceu-nos preciosas informações sobre a escolaridade dos portuenses com direito de voto

<sup>(57)</sup>Cf. Joel Serrão, *Temas de Cultura Portuguesa II*, Lisboa, Portugalíia, 1965, p. 69.

em 1847. No referido ano, possuíam instrução superior 225, isto é 4.7%, dos recenseados. A clivagem era, como já referimos, menos profunda entre os ensinos secundário e superior que entre a escola primária e o liceu<sup>(58)</sup>. Dos detentores de habilitações adquiridas na universidade, nas politécnicas ou nas escolas médico-cirúrgicas, 101 eram "Funcionários Superiores"<sup>(59)</sup>, 94 das "Categorias Superiores" de profissões liberais<sup>(60)</sup>, 18 "Proprietários"<sup>(61)</sup>, 13 elementos do "Clero"<sup>(62)</sup>, 12 "Oficiais Gerais e Superiores"<sup>(63)</sup>, 10 "Oficiais Subalternos"<sup>(64)</sup>, 1 eleitor do "Pessoal Subalterno da Administração Pública" e 1 "Negociante"<sup>(65)</sup>.

### 3. Outros indicadores de cultura

Se as habilitações académicas são um indicador precioso da preparação intelectual da burguesia, os livros possuídos por este grupo social, que permitiam a continuação da aprendizagem e até a superação, total ou parcial, da sua ausência, completam esta informação. O conjunto de obras escritas que uma pessoa possui, traduz não só o seu gosto cultural mas, por vezes, também aquilo que pensa dever ter, dentro do estatuto social a que pertence, julga

<sup>(58)</sup> Em 1847 foram inscritos com a instrução primária 3.365 eleitores (70.1%), com a secundária 460 (9.6%) e com a superior 225 (4.7%).

<sup>(59)</sup> Dos "Funcionários Superiores" 73.2% possuíam habilitações superiores.

<sup>(60)</sup> Das "Categorias Superiores" das profissões liberais tinham habilitação superior 68.6%.

<sup>(61)</sup> O número total de "Proprietários" recenseados em 1847 foi de 382 dos quais apenas 4.7% possuíam habilitações superiores.

<sup>(62)</sup> Em 1847, foram recenseados, como eleitores, 93 membros do "clero". Os registados com habilitação superior correspondiam a 14% deste total.

<sup>(63)</sup> Eram 125 os "Oficiais Gerais e Superiores" recenseados como eleitores em 1847. Destes apenas 9.6% possuíam habilitações académicas superiores.

<sup>(64)</sup> Os "Oficiais Subalternos" com escolaridade de nível superior representavam 7.4% dos 134 recenseados nesta categoria sócio-profissional.

<sup>(65)</sup> Nestas duas categorias sócio-profissionais a presença de eleitores com habilitações superiores foi excepcional, representando, respectivamente, 0.4% e 0.1% dos totais.

ou quer pertencer<sup>(66)</sup>. Não são abundantes as informações que os inventários orfanológicos nos fornecem acerca das bibliotecas dos falecidos, com frequência descritas em bloco, sem indicação específica das obras nelas incluídas<sup>(67)</sup>. No conjunto documental que compulsámos, e sem que o reduzido número de processos disponíveis permita generalizações, eram os médicos os inventariados que, com maior frequência, possuíam livros.

Entre as obras impressas constantes dos patrimónios analisados, avultam os temas ligados à profissão dos mortos, sobretudo códigos de leis, temas de direito, medicina, cirurgia e também comerciais<sup>(68)</sup>. A informação histórica, portuguesa e europeia, a literatura, dicionários, livros religiosos e gramáticas são as publicações mais repetidas. A grande ligação, do nosso país à cultura francesa, mesmo antes da revolução liberal<sup>(69)</sup>, reflecte-se no grande número de edições sobre

(<sup>66</sup>) Como afirma Alvarez Santalo "Las bibliotecas pueden señalar lo que lee, quiere leer o cree que debe leer (o incluso simplemente tener) una persona". Cf. L.C. Alvarez Santalo, "Librerías y bibliotecas en la Sevilla del siglo XVIII", in *Actas del II Coloquio de Metodología Histórica Aplicada. La documentación notarial y la Historia*, vol. II, Santiago de Compostela, 1984, p. 169.

(<sup>67</sup>) Em alguns casos os inventários referem o número de livros constantes do património do falecido. Como exemplo podemos indicar o processo n.º 195, de 1870, relativo ao óbito do Barão de Nova Cintra, que possuía 146 livros. O mesmo acontece com o n.º 296, de 1880, em que se indica, na verba n.º 32, a existência de 1.200 obras, maioritariamente de medicina. Cf. Arquivo Distrital do Porto, *Secção judicial*, inventários indicados.

(<sup>68</sup>) Quando os livros de juristas ou médicos são descritos há uma dominância dos temas adstritos às suas actividades profissionais mas são incluídas outras obras, salvo no processo de um juiz aposentado e solteiro que tinha algumas publicações mas exclusivamente jurídicas. Ver Arquivo Distrital do Porto, *Secção judicial*, processo n.º 351 de 1878.

(<sup>69</sup>) Apesar das perseguições de Pina Manique à entrada dos livros divulgadores das novas ideias que se propalavam pela Europa, foi grande a circulação no nosso país de obras proibidas. A influência da França em Portugal foi enorme e abrangeu campos tão diversos como a moda, a literatura, as artes e as ciências. Ver Luís A. de Oliveira Ramos, "Franceses em Portugal nos Fins do Século XVIII"; "Da Aquisição de Livros Proibidos nos Fins do Século XVIII"; "Influência em Portugal de Matemáticos Franceses", in *Da Ilustração ao Liberalismo - Temas Históricos*, Porto, Lello & Irmão, 1979, pp. 1 a 54. *Idem*, "Le Portugal et la Révolution Française (1777-1834)", in Jean-René Aymes, Alberto Gil Novales, Luís A. de Oliveira Ramos,

aquele país, muitas delas traduzidas para português. *História de Napoleão* (2 vols.), *História Secreta de Bonaparte* (2 vols.), *Revolução Francesa* por A. Thiers ou *Vida de Talleyrand*, são apenas alguns dos muitos exemplos de obras sobre França que encontramos nas bibliotecas dos portuenses.

Apenas possuímos indicação de existência de livros em inventários de proprietários, funcionários superiores, profissionais liberais e negociantes. Destes últimos, apenas 9% tinham obras literárias nos seus patrimónios e, sobretudo os regressados do Brasil, parecem ter tido uma maior preocupação pela posse de outros bens definidores do estatuto social a que pertenciam ou aspiravam, isto é: jóias, quadros, pratas, pianos, etc.. As suas necessidades de leitura, provavelmente, não foram muito intensas, a julgar pelas suas bibliotecas, e, de certo modo, pelos graus de instrução que lhes são atribuídos nos recenseamentos eleitorais<sup>(70)</sup>. Não sabemos, no entanto, se frequentavam a Biblioteca Municipal do Porto uma vez que desconhecemos a classificação sócio-profissional dos seus leitores<sup>(71)</sup>. A aquisição de novos livros efectuada por esta instituição pode ser acompanhada nos relatórios da gerência da Câmara Municipal do Porto. Através deles verificámos que era grande a variedade de obras compradas, sobretudo francesas, englobando diversos temas: estatística, química, física, economia, política, agricultura, arquitectura, higiene pública, literatura, medicina, comércio, direito, etc., etc. Esta inclusão de novos temas, como a economia ou a estatística, poderá traduzir, pelo menos parcialmente, o desejo de corresponder às necessidades de uma procura pautada por uma mentalidade aberta às novas ideias. Deve salientar-se a excelente biblioteca de que dispunham os sócios da Associação Comercial do Porto, instituição muito elitista, nascida por iniciativa do presidente, José Ferreira Borges, juízes e jurados do Tribunal Comercial do Porto<sup>(72)</sup> e que

*Les Révolutions dans le Monde Ibérique (1766-1834)*, Presses Universitaires de Bordeaux, 1989, pp. 183-260.

<sup>(70)</sup> Como vimos dos negociantes recenseados como eleitores, em 1847, apenas 4.2% possuíam habilitações de grau secundário, e 0.1% de grau superior. A maioria, 93.7%, ficavam-se pela instrução primária.

<sup>(71)</sup> Os relatórios da Câmara Municipal do Porto indicam apenas o número total de leitores e de obras consultadas.

<sup>(72)</sup> Cf. Carlos Bastos, *Associação Comercial do Porto - Resumo Histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias - 1834-1940*, Porto, 1942, p. 17.

apenas congregava uma parcela limitada da burguesia mercantil da cidade<sup>(73)</sup>, a mais opulenta, a mais culta<sup>(74)</sup> e também a mais influente<sup>(75)</sup>.

Acerca dos livros publicados no nosso país à volta de 1870, Joel Serrão afirma, que foram "[...] às centenas os novos títulos

<sup>(73)</sup> O número de sócios da Associação Comercial do Porto nunca ultrapassou muito os 400. Assim, por exemplo, em 1864, a lista manuscrita dos "Senhores Associados" incluía 404. Nos mesmos documentos constatámos que eram muito reduzidas as novas adesões. Assim, em 1865 entraram 38 novos membros para esta instituição, 11 em 1866 e apenas 3 em 1867. Do saldo entre entradas e óbitos resultava uma quase permanência do número de membros desta associação. No relatório da direcção de 1880 verificámos que existiam 428 sócios. Ver *Relatorio dos Actos da Direcção da Associação Commercial do Porto, no anno de 1880*, Porto, Imprensa Commercial, 1881, p. 49 e listas de associados, manuscritas, de vários anos.

<sup>(74)</sup> Ver, como exemplo, o conjunto de livros constantes do inventário elaborado aquando do falecimento, ocorrido em 25 de Outubro de 1839, de Barnabé Mendes de Carvalho e ao qual foi anexado o de sua esposa, Clara Maria de Carvalho, falecida em 1861. Aquele negociante de vinhos, sócio da empresa Carvalho, Alves & Mendes, foi um dos directores da comissão provisória da Associação Comercial do Porto, por proposta de Arnaldo Vanzeller, comerciante do mesmo ramo, e também membro da primeira direcção eleita da mesma instituição. Cf. Carlos Bastos, *ob. cit.*, pp. 18-20; *Associação Commercial do Porto - Resumo Chronologico*, Porto, Oficinas do "Commercio do Porto", 1913, p. 6; Arquivo Distrital do Porto, *Secção judicial*, inventários n.ºs. 531 e 532; Alberto Bessa, "A Bolsa e a Associação Commercial", *O Tripeiro*, Porto, n.º 97, 1911, p. 395.

<sup>(75)</sup> Verificámos que muitos dos nomes de sócios da Associação Comercial do Porto aparecem também ligados à fundação de companhias de seguros e de bancos. Como exemplo analisámos as listas de accionistas do "Banco Commercial do Porto" e da companhia de seguros "Segurança" existentes no Arquivo da A. C. P.. Pelo cotejo dos sócios destas duas instituições, respectivamente em 15 de Dezembro de 1838 e 30 de Junho de 1837, constatámos que 52.3% dos 107 detentores de acções da seguradora possuíam também títulos representativos do capital do banco. No edifício da associação funcionaram algumas das instituições mais modernas da actividade económica portuense. O "Banco Mercantil Portuense" ainda funcionava neste edifício em 1890, pagando de aluguer quinhentos mil réis que, em 31 de Junho do mesmo ano subiu para 550\$000. Cf. *Letter Book - P3(1) - 1890*, pp. 16 e 149.

surgidos cada ano!", ainda que tenham prevalecido as pequenas tiragens<sup>(76)</sup>. Pelo estudo que elaborou com uma amostragem de mais de 300 obras, o mesmo historiador concluiu que os géneros mais publicados foram, por ordem decrescente, teatro (21%), política (14%), romance e história (11%), poesia (5%) e religião (4%). Os autores mais procurados terão sido Camilo Castelo Branco, Pinheiro Chagas e Júlio César Machado, entre os portugueses. Das traduções, o mesmo investigador, ressalta Vítor Hugo, Balzac, Zola, Eugène Sue, Paulo de Kock e Ponson du Terrai<sup>(77)</sup>. Na cidade do Porto, tal como em Lisboa, fizeram-se edições populares de romances, narrativas, contos e relatos de viagens<sup>(78)</sup>. Publicaram-se, para além dos autores já indicados, obras de Voltaire, Rousseau, La Fontaine, Lamartine, Madame de Staël, Musset, Chateaubriand, Goethe, Alexandre Dumas, George Sand, Júlio Verne, Guy de Maupassant. Nos gabinetes de leitura os autores mais procurados foram Herculano, Garrett, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Camilo, Júlio Dinis, Oliveira Martins, Magalhães Lima e Teófilo Braga<sup>(79)</sup>. Salientemos a grande difusão dos livros de civilidade. Quem foram os leitores de tão diversos livros é indagação sem resposta, sendo apenas possível afirmar a exclusão dos analfabetos da sua leitura directa, que não do seu eventual

(76) Para além dos livros publicados, não devemos esquecer a função cultural desempenhada pelos jornais que, neste período, não davam primazia ao seu papel de órgãos noticiosos e tiveram uma acção muito importante na divulgação de livros e textos de opinião de alguns dos melhores escritores portugueses de então.

(77) Cf. Joel Serrão, *Temas de Cultura Portuguesa - II*, Lisboa, Portugália, 1965, pp. 79-80. *Idem*, *Temas Oitocentistas - I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, pp. 37-38.

(78) No nosso país, em meados do século XIX, houve uma assinalável preocupação pela difusão do livro. Para além das referidas edições populares, recorreu-se à publicação, total ou parcial, de romances e peças de teatro, em fascículos, sendo inúmeros os exemplos, mesmo de literatos proeminentes, que encontramos nos jornais portugueses que consultámos. Ver, sobre este assunto, Maria de Lourdes Lima dos Santos, "A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 539-546.

(79) Cf. Maria de Fátima Nunes, "O fenómeno da difusão da leitura", in António Reis, (Dir.), *Portugal Contemporâneo*, 2º voi., Lisboa, Alfa, 1989, p. 268.

usufruto por intervenção de terceiros. As tiragens das obras citadas, grandes no contexto português da época, são, certamente, o corolário do interesse que despertaram entre os letrados de então e de que a burguesia era componente relevante.

Notemos, que a contabilização dos livros existentes nos lares portuenses não permite a ilação da sua leitura. Com efeito, a posse de uma biblioteca ou apenas de um pequeno conjunto de obras literárias, sobretudo quando não se encontravam conotadas com a prática profissional dos seus proprietários, pode significar o desejo de corresponder, exteriormente, à cultura dominante no grupo em que se almejava ser integrado. O mesmo sentimento de ostentação pode ter contribuído para a aquisição de instrumentos musicais. Como é sabido, e comprovámos através do estudo dos inventários orfanológicos, o piano foi omnipresente, e quase exclusivo, num largo número de lares burgueses. Geralmente tocado pelas meninas da família, que aproveitavam as reuniões privadas para mostrarem este complemento educativo, a sua existência, fenómeno de moda sem dúvida, patenteava ao mesmo tempo a cultura e o ócio burgueses.

Em algumas famílias residentes na cidade do Porto, em meados de oitocentos, sobretudo entre os portugueses regressados do Brasil após alguns anos de frutuosa emigração, houve um manifesto desejo de pertencer a um meio social superior, que atraía, mas cujas regras eram muito rigorosas e que não tinham sido transmitidas pelo processo de socialização realizado pela família, ela própria excluída do grupo a que aspiravam. Os livros foram veículos de concretização da apetecida promoção, contribuindo de forma decisiva, conjuntamente com a participação em certos consumos, para a desejada inclusão. cremos que a formação clássica foi para alguns burgueses um contributo decisivo para a sua coabitação com os grupos sociais dominantes. A elevada presença de filhos de negociantes portuenses no ensino superior poderá reflectir, ainda que não exclusivamente, o desejo de promoção cultural, num país onde a capacidade intelectual nos parece ter tido na segunda metade do século passado um crescente prestígio, reflectido, por exemplo, na transformação do nosso sistema eleitoral, que passou de predominantemente censitário a censitário-capacitário.

Uma última palavra para o teatro e a ópera. Se é certo que, no período a que se reporta o nosso estudo, a arte dramática se revigorou, não podemos esquecer que ela estava vedada aos mais humildes em consequência do elevado custo dos bilhetes e também da envolvimento

ostentatória destas manifestações de cultura a que apenas os mais abastados tinham acesso, ou alguns detentores de recursos médios que, não raro, faziam sacrifícios para assistirem a uma representação. Estas manifestações culturais eram, também, momentos particularmente importantes para os aspirantes à promoção social. O ambiente que envolvia as representações líricas ou teatrais exigia dos espectadores requinte no vestuário e porte elegante<sup>(80)</sup>. A sociedade portuense parece ter tido uma especial predilecção pela ópera. O interesse pela música e pelo teatro levou os comerciantes portuenses à participação directa na construção do Teatro S. João, empresa que, sem interesse económico, atraiu negociantes de alta craveira cultural, desejosos de incentivar as manifestações artísticas de qualidade na cidade do Porto<sup>(81)</sup>. Nos escritos de Ramalho Ortigão podemos encontrar a indicação de peças teatrais e óperas que se representaram na cidade do Porto bem como a descrição do ambiente que envolvia esses acontecimentos<sup>(82)</sup>. Provando o grande interesse que os portuenses tinham pela música, estudada por muitos dos seus jovens, mesmo de poucos recursos, as companhias de ópera permaneciam na cidade meses seguidos, conseguindo, muitas vezes, esgotar a lotação do teatro de S. João com um público exigente e conhecedor<sup>(83)</sup>. Saber música ajudava a marcar a diferença entre a burguesia, mesmo modesta, e o grupo popular. O piano era, o instrumento mais

(80) Ramalho Ortigão, dá-nos conta, em texto de 21 de Novembro de 1862, do seu escândalo face à apresentação menos cuidada de duas espectadoras da "Favorita": "[...] observei eu duas mulheres que cá pelos meus cálculos nunca tomaram banho de qualidade nenhuma... Uma delas estava em um camarote, e tinha chapéu desabado, chapéu apagador, chapéu guarda-chuva, chapéu tortulho... . A outra mulher estava na plateia e tinha lenço na cabeça - lenço! - tinha na cabeça um lenço!!" Ramalho Ortigão, *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, p. 169.

(81) Francisco de Clamouse Browne, Boaventura da Costa Dourado e Custódio Teixeira Pinto Bastos, foram três colaboradores importantes na edificação da referida casa de espectáculos. Curiosamente eram todos membros da Associação Comercial do Porto. Cf. Carlos Bastos, *Associação Comercial do Pôrto-Resumo histórico da sua actividade desde a fundação até ao ano das comemorações centenárias. 1834/1940*, Porto, 1942, pp. 53-54.

(82) Ramalho Ortigão, *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944.

(83) Cf. António Cruz e Damião Peres, (Dir.), *História da Cidade do Porto*, III voi., Porto, Portucalense Editora, 1965, p. 448.

divulgado. Era tocado não só por prazer mas também pela necessidade de demonstrar socialmente o domínio de um saber que dava prestígio. Paralelamente às manifestações referidas, os jomáis portuenses<sup>(84)</sup> dão-nos conta de muitos outros acontecimentos lúdicos que decorriam na cidade, como música nos jardins, festas particulares, concertos de bandas militares e bombeiros, fogos de artifício, festas de caridade, bailes de máscaras<sup>(85)</sup>, exposições de produtos no Palácio de Cristal, festas religiosas e até touradas<sup>(86)</sup>. O ritual dos bailes, sobretudo dos privados, era complexo, envolvendo cuidados especiais com as roupas usadas, as jóias, os penteados e também, da parte dos anfitriões, com o modo, a sequência e a hora a que serviam os alimentos aos seus convidados. Estas reuniões, em cuja organização se vislumbrava, uma vez mais, a influência da cultura francesa, terminavam, em regra, próximo da alvorada. No Porto as reuniões dançantes eram muito mais frequentes que em Lisboa. Os participantes eram muito seleccionados, pois a sociedade portuense era "muito compartimentada", sendo poucos os titulares residentes na cidade<sup>(87)</sup>. As actividades culturais de carácter privado ou público demarcavam com rigor os seus frequentadores. Para participar numa festa onde estavam presentes as pessoas mais prestigiadas da cidade era necessário possuir uma educação global refinada, maneiras cuidadas. O ócio, fruído por vezes de forma sumptuária, patenteava a diferença entre a elite burguesa e aqueles que não tinham criados, salão de festas, instrumentos musicais e todos os componentes das actividades mundanas. Os que se queriam integrar precisavam de imitar. A grande divulgação dos livros de civilidade com múltiplas edições prova a necessidade que os recém-chegados sentiam de se integrarem, sob pena de exclusão, nas regras dominantes do comportamento social.

<sup>(84)</sup> Estudamos as festas referidas nos jornais *O Comércio do Porto* e *Jornal do Porto* nos anos de 1860, 1880 e 1890.

<sup>(85)</sup> Os bailes de máscaras que se realizavam no Porto, em meados do século XIX, foram referidos com algum detalhe por Ramalho Ortigão que, em texto de 5 de Janeiro de 1863, traduziu, na caricatura dos que neles participavam, o quanto os detestava. Cf. Ramalho Ortigão, *Cartas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, pp. 213-216.

<sup>(86)</sup>  $y_{er} \wedge p_{or}$  exemplo, *Jornal do Porto*, de 9 e de 30 de Setembro de 1890.

<sup>(87)</sup> "O século XIX é, indubitavelmente, o século da música e da dança". Rui Casção, "Vida quotidiana e sociabilidade", in José Mattoso, (Dir.), *História de Portugal*, voi. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 526-528.

### Conclusão

A instrução primária, base da formação cultural de um povo, parece ter tido uma penetração social menor que o desejável, e muito distante dos objectivos enunciados pelos liberais. Na cidade do Porto, na segunda metade de oitocentos, apenas na burguesia encontramos uma alfabetização generalizada. Os filhos dos agregados familiares do grupo popular dirigir-se-iam para uma prematura ocupação laboral, opção determinada pela necessidade económica, sem dúvida, mas também pela mentalidade dos seus pais<sup>(88)</sup>. Enviar para a escola crianças pertencentes a núcleos familiares e sociais sem tradição de aprendizagem implicava mudanças, muito profundas, nas atitudes dos seus progenitores, que, raramente surgiam de forma espontânea<sup>(89)</sup>. "Les mentalités s'ouvrent plus lentement que les écoles"<sup>(90)</sup>.

Para o relativo insucesso do esforço de generalização da instrução elementar, bem patenteado nos textos legislativos que procuraram concretizar em Portugal algumas medidas que documentam o entusiasmo então existente em tomo da difusão dos conhecimentos, nem sempre secundado por uma efectiva execução das leis, parece ter ainda contribuído o particular empenhamento dos grupos dirigentes no fomento dos ensinos secundário e superior<sup>(91)</sup>.

(88) Sobre a falta de frequência às aulas, o Conselho Superior de Instrução Pública afirmava, no seu relatório de 1854/55 que "esta falta, que vem notada em alguns dos relatórios, ainda em escolas regidas por bons professores, nasce, já do desleixamento, já das repugnâncias dos pais ou chefes de família, mormente dos que não querem arrear os filhos dos trabalhos campestres e de outros serviços mecânicos". Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 207.

(89) Ver, sobre este assunto, Rui Ramos, "Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo", *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIV (103-104), 1988, pp. 1067-1145.

O<sup>0</sup>) Cf. François Furet e Jacques Ozouf, *Lire et Écrire. L'Alphabétisation des français de Calvín à Jules Ferry*, Paris, Éditions Minuit, 1977, p. 282.

(91) Cf. Rui Grácio, *ob. cit.*, p. 50 e A.H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 128. Notemos que o Conselho Superior de Instrução Pública alertava, no seu relatório de 1852-53, para a necessidade de uma reforma da instrução no nosso país, e que resumia "em uma fórmula geral e simples: Cuidar da instrução primária e industrial, ainda com algum sacrifício da superior. Se,

Entre os alfabetizados o tipo de instrução variou com a profissão exercida, mas foram os trabalhadores manuais os mais arredados do ensino primário. A concepção dominante de que o liceu se destinava sobretudo a preparar o acesso ao ensino superior contribuiu, ainda que não exclusivamente, para um índice muito reduzido de frequência daquele grau de escolaridade e, ainda, para a sua lenta implantação no nosso país. Apesar disso, na cidade do Porto, na segunda metade do século XIX, alguns empregados das categorias médias do sector de serviços, público e privado, possuíam habilitações liceais, ou equiparadas. Os grupos com mais elevada percentagem de detentores de instrução superior foram, sem dúvida, as categorias superiores das profissões liberais e os funcionários do Estado.

O estudo dos agregados familiares com filhos a frequentarem a Universidade<sup>(92)</sup> ou a Escola Politécnica do Porto, demonstra que os negociantes da cidade foram muito zelosos no apetrechamento educativo dos seus filhos, procurando que eles ascendessem aos lugares mais prestigiados, nomeadamente a magistratura, através da frequência do ensino superior. Optaram pela mudança. Um membro da família com um curso universitário poderia reforçar a consideração social e o prestígio do grupo. Também os profissionais liberais das categorias superiores, os oficiais das forças armadas, os funcionários superiores do Estado, e mesmo os médios, actuaram no sentido de permitirem aos seus descendentes a formação escolar mais elevada que, com muita probabilidade, lhes permitiria, manter, ou mesmo elevar, o nível de vida económica e social do seu agregado familiar

em todos os povos ilustrados, convergem, hoje, as atenções para estes dois ramos, com muita mais razão, deve isso acontecer entre nós, faltos de instrução primária e quase absolutamente privados da industrial, favorecidos em todos os tempos com a largueza dos estudos superiores e habituados ainda ao método especulativo e abstracto, que até chega a dominar as escolas especiais. O espírito do século é todo positivo e prático. Respiremos o ar do século em que vivemos". Cf. Joaquim Ferreira Gomes, *ob. cit.*, p. 164 e António Nóvoa, *ob. cit.*, p. 337.

<sup>(92)</sup>Parece-nos interessante salientar que, comparando o número de eleitores que, em 1860 e em 1880, pertenciam aos grupos superiores das profissões liberais e do funcionalismo público com o número de portuenses das mesmas categorias sócio-profissionais com filhos a estudar na Universidade de Coimbra, se verifica que esta percentagem é dupla da que encontramos, nas mesmas condições, para os negociantes.

de origem. Apesar de não ter havido uma grande abertura da universidade aos filhos da média burguesia, grupo que, no entanto, também procurou na escolaridade a promoção dos seus vindouros, um número considerável de "Empregados Públicos" preferiram Coimbra e o curso de direito para os seus descendentes. O curso era para os jovens provenientes desta categoria profissional, como aliás para os filhos dos funcionários superiores e dos profissionais liberais, o seu melhor capital. A origem familiar dos alunos da Academia Politécnica do Porto, foi consideravelmente diferente da dos estudantes da universidade<sup>(93)</sup>. Assim, por exemplo, em 1885/86, os descendentes de caixeiros e empregados de escritório representavam 13.8% dos estudantes inscritos e os dos donos de oficinas 8.3%. Esta instituição ministrou uma instrução mais concreta e mais virada para as necessidades da cidade. Foi a principal escola de engenheiros do país. A sociedade precisava de técnicos para as fábricas, caminho de ferro, estradas, pontes e a instituição portuense correspondeu a essa exigência. Nela se formaram vários portuenses ilustres, como por exemplo o prestigiado José Joaquim Rodrigues de Freitas, filho de um empregado da Alfândega, e reconhecido engenheiro de pontes e estradas, lente da própria escola em que se formou e primeiro deputado republicano português. As famílias com recursos mais elevados e maior ambição ao nível de influência política, sobretudo as do sector de serviços, parecem ter optado pela Universidade de Coimbra.

Temos notícia de alguns portuenses, nomeadamente filhos de negociantes, que estudaram no estrangeiro, facto que revela a existência de interesse, de amplitude ainda desconhecida, pelo progresso, e, outrossim, empenhamento na procura da inovação que fervilhava nas capitais europeias.

Em Portugal, na segunda metade do século passado, era grande

<sup>(93)</sup>Houve também portuenses, formados em Coimbra, que decidiram inscrever os seus filhos no ensino superior do Porto, em função de critérios que desconhecemos e que podem ter tido em conta as características individuais dos alunos e os objectivos profissionais que se propunham alcançar com o diploma obtido. Este é o caso, por exemplo de José d'Andrade Gramacho, médico pela Universidade (Ver livro de matrículas de 1845/46) e que, em 1885/86 tinha o seu filho Quintino d'Almeida Azevedo Vasconcellos Gramacho, a estudar na Academia Politécnica. (Ver anuário desta instituição de 1885/86).

a diferença entre a cultura dos homens e das mulheres. A situação agravava-se no ensino secundário e no superior. Neste apenas em finais de oitocentos houve estudantes do sexo feminino, mas em número perfeitamente excepcional<sup>(94)</sup>.

Desconhecemos se a opção entre colégios particulares católicos ou estabelecimentos de ensino públicos foi mais social ou mais filosófica, ou mesmo se na mesma família terá havido separação do tipo de estabelecimento de ensino para rapazes e para raparigas. Sabemos no entanto que foi grande o número de instituições de ensino privadas dedicadas à instrução feminina, sendo, no último quartel do século, o seu número bastante superior ao das suas congéneres destinada ao sexo masculino. Tal situação decorria, a nosso ver, do tipo de educação ministrada às meninas, pautada pela necessidade de transmitir às jovens o recato e pudor que a vida das mulheres teria, necessariamente, de patentear. A sua instrução procurava, sobretudo, prepará-las para futuras esposas e mães, para a direcção da casa, educação dos filhos, acompanhamento digno do marido, a quem deviam honrar com as suas maneiras discretas. A profissionalização das raparigas, fora dos agregados familiares mais humildes que as entregavam, muito jovens, aos casais mais abastados para trabalho doméstico ou as canalizavam para as unidades fabris, era praticamente impensável<sup>(95)</sup>.

(94) Coube a Maria Leite da Silva Tavares Paes Moreira, em 1884/85, encetar a participação das mulheres nas instituições de ensino superior do Porto, ao inscrever-se, como aluna, na Academia Politécnica da cidade. Cf. Cândido dos Santos, *A Mulher e a Universidade do Porto*, Porto, Universidade do Porto, 1991, p. 11.

(95) Citaremos, em seguida, extractos de um texto escrito em 20 de Junho de 1859, por Ramalho Ortigão, crítico social e novelista da "geração de 1870", formada por homens considerados, ainda hoje, como os arautos da abertura de Portugal ao mundo civilizado do seu tempo. Fortemente influenciados por Renan, Michelet, Vitor Hugo e Balzac eram anticlericais, racionalistas e tendencialmente positivistas e antimonárquicos. "A mulher que publica um livro, diz Alphonse Karr, produz dois calamitosos desmanchos na sociedade: o primeiro é dar-lhe um livro, o segundo é empalmar-lhe uma mulher. Estou pelo dito do francês. Livrinho escrito por senhora, cá para mim, significa sempre um duplo desastre.

Tôda a mulher tem de cumprir na terra uma missão inauferível, e tão grande e exclusiva é ela que não pode o coração aduná-la com outra. A

Pelo exposto, parece tornar-se evidente que a burguesia portuense, de meados de oitocentos, procurou, nos diversos ramos de ensino, os conhecimentos que lhe permitissem exercer a profissão desejada mas interessando-se também pela cultura como formação que permitia o reconhecimento social e a ascensão na rigorosa hierarquia vigente.

A cultura burguesa, que substituiu uma cultura clerical e aristocrática, dirigia-se a um público cada vez mais amplo mas permaneciam desigualdades assinaláveis. A cidade do Porto era, em meados de oitocentos, dominada por um escol masculino em todos os sectores: economia, política, cultura<sup>(%)</sup>.

mulher nasceu para amar - quer dizer - para levantar o pensamento do homem acima das mundanidades corriqueiras e baixas, para lhe verter e alentar no coração a fé, a resignação e a esperança dum mundo mais puro; a mulher nasceu para enxugar lágrimas, para adoçar amarguras, para mitigar infortúnios, para semear sorrisos.

[..... ]

Filha, amante, esposa ou mãe, eis o que é a mulher, e quanto lhe é dado ser. Isto e outra coisa é impossível.

A mulher que faz livros transcura a sua missão, desfita o alvo do seu existir, transvia-se da sua trilha, rescinde os seus direitos, deixa de ser mulher, fica sendo tão sómente a fêmea do homem, ou antes um homem-fêmea.

Quem perde neste jôgo é a triste humanidade!

Eu de mim aconselharei sempre às mulheres, que não escrevam...". Cf. Ramalho Ortigão, *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Clássica Editora, 1944, pp. 116-117.

(%) Como sublinha Vitorino Magalhães Godinho, "[...] o público da cultura burguesa é ainda um escol, embora muito alargado". Cf. Vitorino Magalhães Godinho, "A burguesia e o capitalismo", in *Ensaio I - Sobre História Universal*, Lisboa, Sá da Costa, 1968, p. 267.